



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

EVA DOS SANTOS SILVA GALVÃO

**POLIFONIA NO PARLAMENTO: O PODER
DE ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS DO DEPUTADO FEDERAL
RONALDO CAIADO**

Brasília - DF
2006

EVA DOS SANTOS SILVA GALVÃO

**POLIFONIA NO PARLAMENTO: O PODER DE
ARGUMENTAÇÃO NOS DISCURSOS DO DEPUTADO FEDERAL
RONALDO CAIADO**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção do Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, em Língua Portuguesa, Texto e Discurso.
Orientadora: Prof^a Mestre Joana da Silva Ormundo.

**Brasília - DF
2006**

À Deus toda honra e toda glória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, grande arquiteto, construtor da vida, por ter-me dado saúde e força para empreender essa etapa acadêmica e concluí-la.

Ao meu esposo, José Divino, aos meus filhos, Rafael, Lucas e Isabella, de quem suprimi muitos momentos, os quais foram dedicados ao estudo desta pesquisa.

Aos meus familiares, especialmente à minha mãe, que muitas vezes foram impedidos de se reunir em minha casa nesse período de estudos e nem por isso deixaram de encorajar-me e dar-me apoio.

Aos professores, pela troca de experiências e de conhecimento e pela disposição em ajudar-nos.

Aos colegas de curso — que também são os do trabalho —, e às Chefias, com quem troquei material, idéias, dúvidas, alegrias e angústias.

Por fim, meu agradecimento, à minha orientadora Doutora Joana Ormundo, por ter me auxiliado na trajetória deste difícil, mas vitorioso, caminho.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

Como maçãs de ouro em salvas de prata,
assim é a palavra dita a seu tempo.
(Prov. 25:11)

RESUMO

Os dados consolidados na presente monografia intitulada “Polifonia no Parlamento: o poder de argumentação nos discursos do deputado federal Ronaldo Caiado” representam um considerável esforço para promover a análise dos textos selecionados para o recorte da pesquisa, com o objetivo de apresentar subsídios que se constituam numa oportunidade de reflexão acerca dos elementos lingüísticos aplicados na construção do sentido da prática discursiva parlamentar e qual ideologia esses textos apresentavam. Analiso marcas enunciativas de construção textual de sentido, estratégias textual-discursivas e marcas que evidenciam elementos que podem ser considerados como ideológicos, segundo Thompson, em três textos do deputado federal Ronaldo Caiado, proferidos no plenário da Câmara dos Deputados, Legislatura 2003/2007. Um deles, situa-se por ocasião de debates acerca da invasão ocorrida no Parlamento, praticada por membros do Movimento de Libertação dos Sem-Terra — MLST, encabeçada pelo Sr. Bruno Maranhão, colega íntimo, segundo afirmações do deputado Ronaldo Caiado, do atual Presidente da República, Lula. O outro trata de comentários sobre a reforma política no Brasil, assunto polêmico no Congresso Nacional. A análise teve como pressupostos principais a Análise de Discurso: Princípios e procedimentos, com as propostas de Orlandi (2003), a Inter-relação pela linguagem, Koch (2004), (2004), Coerência e Coesão, Koch e Travaglia, periódico da Coleção: Repensando a Língua Portuguesa. Por fim, para tratar da ideologia, busquei apoio nos estudos de Thompson (1995). Na análise, para verificar marcas de ideologia, trabalhei com três modos de operação da ideologia propostos por Thompson: Legitimação, Dissimulação e Fragmentação.

Palavras-chave: Discurso político; ideologia; argumentação.

ABSTRACT

The consolidated facts in the present study registered "Polifonic in Parliament: The power line of argument in the discourses of federal deputy Ronaldo Caiado" represent considerable effort to promote the analysis of the selected text to study cutting out with objective show subsidies that constitute in the construction of ideology existing parliamentary discourse practices and which ideology's this texts showed. I analyse ideology's points construction text, strategies discourse texts and points that evident elements can be considered ideologys, accordant Thompson, in three text's federal deputy Ronaldo Caiado, pronounced room's deputy , 2003/2007 Legislature. One, talk about invasion in Parliament, practices of MSLT's members, directed for Bruno Maranhão, close friend, accordant affirmation's deputy Ronaldo Caiado, of actual Republic's President, Lula. Other, talk about informations of politics reform in Brazil, matter controversial in National Congress. This analysis had principal presupposed the Discourse Analysis: Principle and behaviors proposal's Orlandi (2003), Interaction of language, Koch (2004), (2004), Coherence and Cohesion, Koch and travaglia, Collection: Thinking Portuguese Language. Finally, to study ideology fetched support in Thompson's study (1995). Analysis to identify points of ideology, worked three figures of operation ideology proposal of Thompson: Legitimation, Dissimulation and Fragmentation.

Keywords: Political Discourse; Ideology; Line of argument.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	13
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	15
2.1 A natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas	15
2.1.2 Conceito de ideologia	17
2.1.3 Modos de operação da ideologia	19
2.2 Concepção: Discurso e Polifonia	22
2.3 Princípios de construção textual do sentido	24
2.3.1 Coesão e Coerência textual	25
2.3.2 Intertextualidade	26
3 ANÁLISE DOS FRAGMENTOS TEXTUAIS	29
3.1 Análise dos modos de operação da ideologia.....	31
3.2 Análise da construção do sentido	40
3.2.1 Análise da Coesão e Coerência textual	41
3.2.2 Análise da Intertextualidade	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
ANEXOS	55

INTRODUÇÃO

O ser humano possui uma enorme capacidade criadora e, no entrelaçar da criatividade e comunicação, quanto mais o homem desenvolve sua criatividade mais autêntica se torna a interação. Graças à sua capacidade racional, nenhuma outra espécie animal, até onde alcança o nosso conhecimento, dispõe de um sistema semiótico tão rico quanto o nosso. Nossa mente é constantemente treinada ao nos depararmos com as inesgotáveis complexidades estruturais e funcionais da língua. Basta lembrar que o número de enunciados possíveis numa língua qualquer é quase infinito.

Por isso, tendo em vista que seria impossível tratar de todos os enunciados possíveis na nossa língua e haver inúmeros estilos de textos, faço o recorte de três discursos do deputado federal Ronaldo Caiado, proferidos na Câmara dos Deputados, cuja pesquisa será feita em cima de fragmentos, por entender que o espaço do plenário da Câmara é o local, por excelência, em que ocorrem mais de perto no Parlamento os debates e, com isso, as relações de interação. O tema ficou assim delimitado: **Polifonia no Parlamento: o poder de argumentação nos discursos do deputado federal Ronaldo Caiado.**

A partir de investigação empreendida, esta pesquisa tem o objetivo de responder quais marcas enunciativas contidas nos discursos do deputado federal Ronaldo Caiado evidenciam elementos que podem ser caracterizados como ideológicos, segundo a teoria de Thompson, e quais recursos lingüísticos são utilizados para formular, organizar e construir um sentido na tessitura da produção textual parlamentar. E, junto a essas questões de pesquisa, tentar responder à seguinte hipótese: É possível afirmar-se que os discursos parlamentares proferidos

no contexto do plenário da Câmara dos Deputados podem propiciar o fortalecimento de uma posição política? Pretendo pesquisar a construção do sentido por meio da ideologia expressa nos discursos e a intencionalidade desvelada por meio da linguagem empregada, para identificar a aplicação das marcas enunciativas de coesão, coerência e intertextualidade nos textos.

Os fragmentos a serem analisados fazem parte de textos que foram proferidos em plenário da Câmara, na Legislatura atual, 2003/2007, em períodos de grande conflito entre membros do Movimento de Libertação dos Sem-Terra — MLST e o Parlamento brasileiro, época em que houve a invasão de integrantes desse segmento na Casa, e de debates acerca da tramitação da proposta de reforma política, assunto de interesse de toda a sociedade. O trabalho será composto de quatro capítulos, descritos a seguir.

No primeiro capítulo apresento a contextualização da pesquisa, em que traço um perfil identitário do deputado federal Ronaldo Caiado, para conhecermos um pouco acerca da sua vida familiar, acadêmica e trabalhista. Servir-me-á de apoio de dados o periódico: *Atuação Parlamentar na Câmara dos Deputados*, (1991-1995).

No segundo capítulo, relacionarei os pressupostos teóricos apresentando inicialmente a natureza da ideologia e o seu papel nas sociedades modernas, o conceito teórico da ideologia e seus modos de operação. Serão usados como apoio teórico os estudos de Thompson (1995). Apresentarei algumas concepções sobre discurso como prática social e sua contribuição para a construção das relações sociais entre os povos e também o significado do termo polifonia. Servir-me-ão de apoio Fairclough (2001) e Koch (2004). Relacionarei alguns conceitos e princípios acerca da coesão textual, para auxiliar na análise e reflexão sobre a construção do sentido, subdividida em coesão lexical, coesão por pró-forma, elipse, junção e/ou

contrajunção, e coerência e intertextualidade. Usarei como apoio teórico Koch (1993), (2004), Orlandi (2003), (2003) e Fairclough (2001).

No terceiro capítulo, adentrarei à análise dos fragmentos contidos nos textos selecionados para o recorte, baseada nos pressupostos teóricos de Thompson, em que serão analisadas em que medida as marcas enunciativas contidas nos discursos do deputado federal Ronaldo Caiado podem ser identificadas como um dos modos de operação da ideologia, podendo, portanto, ser caracterizadas como ideológicas, segundo o arcabouço teórico estabelecido por Thompson (1995).

Também analisarei marcas enunciativas contidas nos discursos acerca da construção textual do sentido, para identificar a aplicação dessas marcas enunciativas — de coesão, coerência e intertextualidade — nos textos. Para tanto, buscarei apoio em Koch (2004) (2004), Koch e Travaglia (1990), Orlandi (2003) e Fairclough (2001).

No quarto capítulo tecerei as considerações finais em relação ao trabalho empreendido e responderei às questões de pesquisa constantes da introdução, com opinião pessoal acerca da construção do sentido em textos parlamentares.

O trabalho, considerando as condições de produção, tenta mostrar marcas características de construção de sentido que vão além da simples tarefa da argumentação textual produzida da tribuna do Parlamento. Por meio dos discursos escolhidos para o recorte de pesquisa, os textos operam e selecionam informações de um determinado momento sócio-histórico e estabelecem, através da manifestação verbal, relações de comunicação e de interação social.

Justificativa

Em 1998, após árduo estudo e preparação para o concurso Taquígrafo Legislativo, fui convocada a tomar posse no cargo proposto. Passados alguns anos sem rever meus apontamentos e já me sentindo um pouco “peixe fora d’água” em relação a pesquisas acadêmicas, resolvi retornar aos estudos — Especialização em Língua Portuguesa - Texto e Discurso —, no qual encontrei muitas inovações no estudo da língua e respostas, contudo, também algumas indagações. Como requisito final para aprovação no curso de pós-graduação, tínhamos de apresentar um tema para a elaboração da monografia, surgindo aí a dificuldade de se escolher o tema.

Optei por selecionar três textos do deputado federal Ronaldo Caiado, do Partido da Frente Liberal - PFL de Goiás, Legislatura 2003/2007 — que constarão completos dos anexos —, por curiosidade em saber os motivos que levariam alguém de formação acadêmica, Medicina com especialização em Ortopedia e Traumatologia, tão diferente da área política, optar por defender e argumentar veementemente, por tanto tempo, desde 1991, a favor do segmento agropecuário e rural brasileiro, conferindo a tais textos um poder de persuasão tal capaz de construir e manter uma reiterada prática de dominação por parte da elite política brasileira. Tema que me motivou desenvolver o *corpus* desta pesquisa. A pretexto, ressalto que serão analisados fragmentos dos textos, tendo em vista a impossibilidade de se analisar os 3 discursos por inteiro numa só monografia, o que não se resumiria em um estudo, mas em vários, o que não é o caso.

Os discursos foram proferidos em plenário da Câmara dos Deputados, em que há presença maciça dos pares sempre que se debatem matérias importantes, como as que compõem os textos selecionados, que tratam, respectivamente, da

invasão dos integrantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra no Parlamento e da reforma política. O próprio ambiente, no calor dos debates e das argumentações, parece facilitar o desencadeamento das idéias e formulações políticas. Penso que seja por estarem revestidos, a priori, de plena autoridade expressiva, a qual é exercida em nome do povo.

Por isso achei que a prática discursiva exercida nesse contexto, Câmara dos Deputados, levar-me-ia a uma boa análise quanto às marcas enunciativas que comporiam a construção do sentido e a intencionalidade desvelada por meio da linguagem ali empregada.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Antes de adentrarmos os tópicos a que me referi como questões de pesquisa desta monografia, é necessário fazermos um breve relato da vida do deputado federal Ronaldo Caiado, para ter-se noção do seu perfil familiar, social e trabalhista e entendermos um pouco mais do porquê de ele se debruçar com tanta veemência à causa agropecuária e rural, apesar de possuir uma formação acadêmica — Medicina, com especialização em Ortopedia e Traumatologia — totalmente diferente da área rural.

O deputado federal Ronaldo Ramos Caiado nasceu em 25/09/1949, Anápolis, Goiás, é casado e tem quatro filhos. Ainda hoje exerce a profissão de médico, licenciado, também a de professor e produtor rural. Seu avô, Antônio Ramos Caiado, foi Senador por Goiás e um dos maiores caciques da política local. Seu parente Enival Caiado também foi Senador e seu pai, Ederval Caiado, embora jamais tenha disputado uma eleição, sempre teve atuação política de relevo no estado.

Entre estudos e graus universitários, cursou Medicina, pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (1968-1974), fez mestrado em Medicina, com especialização em Ortopedia e traumatologia - UPRJ (1979) e estágios no exterior e em vários Estados do Brasil, tendo obtido o primeiro lugar da turma de Residência Médica, no Departamento de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1976. Foi fundador e Presidente Nacional da União Democrática Ruralista — UDR e continua sendo referência no combate à reforma agrária e nas negociações da dívida agrícola, em especial dos grandes produtores. Mas não houve uma retomada da liderança nos moldes antigos, O deputado Caiado tratou de se adequar ao novo contexto. Com isso, a bancada deixou de ter um “dono” e expressa um pouco

melhor a vontade coletiva dos ruralistas. O poder é exercido de forma qualitativamente diferente de um partido político. A ascensão do grupo não visa a ocupação política estratégica do governo, mas principalmente obter mais recursos orçamentários para os setores agrícolas. Este aparelhamento setorial do Estado só ocorre pela fusão da representatividade do partido político, como base de apoio do governo, com a especificidade setorial da bancada ruralista. E não por sua representatividade própria como força política interna no Congresso Nacional.

Enfim, o jovem senhor goiano, deputado Ronaldo Caiado, descendente de uma oligarquia de políticos e latifundiários, de boa formação acadêmica, médico e fazendeiro, que usa ternos bem cortados e sorriso permanente que dissimula a insistência com que pode debruçar-se sobre uma questão, defende veementemente a necessidade de os produtores rurais se unirem em torno da defesa de suas terras, que julga ameaçadas. Em seus discursos apresenta considerável propriedade auto-reflexiva da linguagem, com subordinação de idéias bem empregadas, facilidade de encadeamento de enunciados, objetividade e coesão. Argumenta seus pontos de vista utilizando-se muito dos recursos lingüísticos, como repetições enfáticas de expressões e palavras, parafraseamentos, sinônimos e frases exclamativas e interrogativas. Não costuma usar palavras de baixo calão para contra-atacar o partido oposto. Ao contrário, as substitui por figuras de linguagem e sinônimos, compondo, assim, um discurso culto, coerente e interativo.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Este capítulo, após situar a pesquisa, tem como base a busca de um referencial teórico que dê sustentação ao tema intitulado: Polifonia no Parlamento: o poder da argumentação nos discursos do deputado federal Ronaldo Caiado. No primeiro momento, o texto apresenta como a comunidade se estabelece nos tempos atuais. Depois, quando da análise dos fragmentos dos textos constantes dos anexos, procurarei vincular esse contexto ao ambiente legislativo, especificamente à prática discursiva exercida pelo deputado Ronaldo Caiado na Câmara dos Deputados.

Iniciarei com pequena abordagem sobre o papel da ideologia nas sociedades modernas.

2.1 A natureza e o papel da ideologia nas sociedades modernas.

Atualmente, a circulação generalizada de formas simbólicas — expressões lingüísticas, gestos, ações, obras de arte, etc. — em todas as sociedades é uma característica marcante. Porém a natureza e a abrangência dessas formas simbólicas assumiram um novo aspecto com a chegada das sociedades modernas, impulsionadas pelo desenvolvimento do capitalismo. O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa sofreu um impulso ainda maior com os avanços que nos trouxeram inúmeras telecomunicações eletrônicas, fenômeno característico do final do século XX. (Thompson, 2004).

Thompson afirma que o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas várias formas simbólicas — por

formas simbólicas entende-se fenômenos significativos produzidos ou recebidos por pessoas situadas em contextos específicos. Conseqüentemente, considera relevante analisar como o sentido (significado) é construído e usado pelas diversas formas de interação, os efeitos sociais do uso, desde as falas lingüísticas cotidianas até as imagens e os textos mais complexos, e como os contextos sociais podem estabelecer e sustentar relações de dominação.

As instituições do estado moderno e outras organizações, como partidos políticos, grupos e entidades de pressão, que ocupam espaços determinados de políticas, são territórios extremamente importantes de poder e dominação. Além, é óbvio, de o contexto social cotidiano, como a casa, o trabalho, a igreja, a sala de aula, também serem campos comuns em que os indivíduos agem e interagem.

Segundo Thompson (1995), ao estudarmos ideologia, deve-se levar em conta que tanto os contextos da vida cotidiana como o complexo determinado de instituições que englobam o campo da política, no seu sentido estrito. Mas também não se devem ignorar características e direcionamentos estruturais mais amplos, como por exemplo, as maneiras como os fenômenos significativos são empregados e articulados e como se interagem com relações de poder nos contextos sociais estruturados em que vivemos.

Thompson acha que o conceito de ideologia para outros teóricos, como Marx e Engels, parece transmitir um sentido abstrato, negativo e crítico. Mas, segundo ele, o mundo social não pode ser tão simples quanto deixa transparecer essa visão de Marx e Engels, em que a operação da ideologia é “comparada com o trabalho de uma câmara escura, que reflete o mundo por meio de uma imagem invertida” (Thompson, 1995) — uma espécie de separação que se faz entre o mundo da produção das idéias e o das condições sociais e históricas em que são

produzidas. Mas, para Thompson, essa visão, apesar de simples e atraente, leva-nos a pensar a ideologia como uma projeção inadequada da realidade social já existente.

Considera que, nós

como pessoas, estamos imersos em conjuntos de relações sociais e estamos constantemente envolvidos em comentá-las, em representá-las a nós mesmos e aos outros, em verbalizá-las, em recriá-las e em transformá-las através de ações, símbolos e palavras. (THOMPSON, 1995, p. 19).

Produzimos fenômenos e/ou os recebemos em contextos especificamente contextualizados, que possibilitam analisar um aspecto da vida social tão real como qualquer outro, pois a vida social é, até certo ponto, um campo de questionamentos em que a luta se desencadeia tanto por meio de palavras e símbolos quanto pelo uso da força física.

No desencadear dessa luta, os meios técnicos de comunicação de massa tiveram papel relevante possibilitando uma grande transformação da natureza da interação social nas sociedades modernas.

Thompson conclui que a comunicação de massa tornou-se elemento-chave de transmissão da ideologia nas sociedades modernas e que, entendida como o sentido a serviço do poder, opera numa gama de contextos variados da vida diária do ser humano, desde o simples relacionamento entre amigos até as declarações governamentais transmitidas no tempo nobre da televisão.

2.1.2 Conceito de ideologia

É fato já suficientemente estudado o conceito acerca do termo ideologia. O conceito e a teoria de ideologia, segundo Thompson (1995), apontam para uma

linha de análise que continua central às ciências sociais contemporâneas e possibilita espaço considerável para o constante debate teórico.

No livro *Ideologia e Cultura Moderna*, Thompson (1995) disserta como seu principal objetivo a reconfiguração teórica da ideologia à luz do desenvolvimento dos meios de comunicação. Atribui o termo ideologia ser tão ambíguo hoje ao fato de esse conceito ter percorrido um caminho longo e sinuoso desde que foi introduzido nas línguas européias. A fim de superar essa ambigüidade, argumenta que se deve elaborar um referencial que possibilite compreender as características distintivas do meio de comunicação e o curso específico de seu desenvolvimento, a que ele denomina mediação da cultura moderna, cujo significado apresento abaixo:

A proliferação rápida de Instituições e meios de comunicação de massa e o crescimento de redes de transmissão através das quais formas simbólicas mercantilizadas se tornaram acessíveis a um grupo cada vez maior de receptores. (THOMPSON, 2004, p. 21).

Um processo que, segundo ele, deu margem a uma das transformações-chave associadas com o aparecimento das cidades modernas. A reflexão sobre a natureza desse processo geral de “mediação”, deve ser voltada para seu impacto na vida social e política do mundo moderno, suas implicações para a teoria social e política em geral e para a teoria da ideologia em particular.

Quando se usa o termo ideologia hoje não se sabe se para simplesmente descrever idéias políticas ou não — fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano com o meio —, ou se para avaliar um estado de coisas.

Contudo, Thompson (1995) considera o conceito importante no vocabulário intelectual da análise social e política e defende que não se pode mesmo desprezar seu sentido negativo, bem como o conjunto de problemas nele

intrínseco. Ao contrário, toma-os como ponto crucial dos problemas aos quais o conceito se refere, sendo, portanto, tema propício para ser desenvolvido criativamente. A essa reformulação criativa ele denomina “concepção crítica da ideologia”. Uma espécie de junção da análise crítica à conotação negativa do velho conceito do termo. Enfoca que esse novo conceito entre sentido (significado) e poder é útil para se referir às maneiras como o sentido serve, em determinados contextos, para estabelecer e sustentar relações de poder, ou relações de dominação e que ideologia é o sentido a serviço do poder.

2.1.3 Modos de Operação da ideologia

Thompson, distingue cinco modos gerais por meio dos quais a ideologia pode operar: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação.

Legitimação - baseada em certos fundamentos, é o processo de tornar as relações legítimas e dignas de apoio. A legitimação pode ocorrer de três tipos de fundamentos:

- a) por fundamentos racionais que fazem apelo à legalidade das regras dadas;
- b) por fundamentos tradicionais que fazem apelo às tradições imemoriais;
- c) por fundamentos carismáticos que apelam ao caráter de uma autoridade.

A Legitimação se processa de três modos, que são:

Racionalização - é um processo de legitimação em que o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que justificará um conjunto de relações ou instituições sociais.

. Universalização - forma de legitimação que se baseia em tentar tornar universais os interesses de alguns indivíduos, ou seja, interesses de alguns indivíduos são apresentados como de interesse de todos.

Narrativização - processo de legitimação que se usam histórias sobre o passado e retrata o presente, relatadas de modo tal modo para criar tradições eternas e aceitáveis, reforçando as relações de dominação.

Dissimulação - trata-se do fato de relações de dominação serem sustentadas e estabelecidas por serem ocultadas, negadas, obscurecidas, ou representadas de uma maneira para desviar a atenção ou passar por cima de relações e processos já existentes. A dissimulação pode ocorrer por meio de três estratégias:

Deslocamento - um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, com conotações positivas ou negativas atribuídas a ele.

Eufemização - constitui um processo de atribuir conotação positiva a ações, instituições ou relações sociais, que, sutilmente, pode amenizar um termo ou fato ocorrido.

Tropo - uso figurativo da linguagem ou das formas simbólicas para a dissimulação de relações sociais. Alguns tropos muito usados são: Sinédoque, que consiste na junção semântica da parte e do todo, ou seja, usar a parte para se referir ao todo ou vice-versa; Metonímia, refere-se ao uso de um termo que ocupa o lugar de um atributo de uma coisa como se fosse a própria coisa, embora não haja conexão necessária entre elas. Essa relação pode despertar características positivas ou negativas da coisa em questão; Metáfora, quando se aplica um termo ou frase a um

objeto ou ação ao qual ele, literalmente, não faz conexão alguma com o termo aplicado.

Unificação - consiste em unir os indivíduos por meio de uma forma simbólica, tornando-se parte de uma unidade da qual não necessariamente fazem parte, mas da qual passam a acreditar que participam.

Estandardização ou padronização - formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, o qual é proposto como aceitável e, por isso, deve ser partilhado por todos.

Simbolização da unidade - quando há a construção de bandeiras de unidade, de identidade e de identificação coletivas, propagadas por um grupo.

Fragmentação - seria o contrário da unificação, pois segmenta os indivíduos que compunham grupos que poderiam ameaçar os grupos dominantes, transformando-se num desafio real. Ao segmentá-los, torna-se mais fácil dominá-los.

. Diferenciação - consiste em enfatizar as diferenças e divisões entre as pessoas e grupos, desunindo-os e desestabilizando as relações que poderiam ameaçar o poder dominante.

Expurgo do outro - envolve a construção de um inimigo que é retratado como inimigo coletivo e ao qual o grupo deve combater unido. Uma estratégia de união do grupo contra um mal ameaçador.

Reificação - consiste na retratação de uma situação transitória, histórica, como se a situação fosse permanente, natural e atemporal. Baseia-se em retirar do fato o seu caráter histórico, tornando-o permanente.

Naturalização - consiste em tornar natural ou inevitável uma criação social.

Eternização - fenômenos históricos e sociais são desprovidos de sua efemeridade e apresentados como permanentes ou eternos.

Nominalização - acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições de ação e dos participantes nelas envolvidos são transformados em nomes, dando assim um caráter de acontecimento ao que era uma ação.

Passivização - ocorre quando os verbos da voz ativa são colocados na voz passiva, apagando o sujeito que pratica a ação. Assim, os processos tornam-se coisas. (Thompson, 1995).

2.2 Concepção: Discurso e Polifonia

Discurso - Segundo Fairclough (2001), quanto ao termo discurso deve ser considerado o uso de linguagem como forma de prática social e não atividade puramente individual. Há implicações desse modo de ver o discurso. Primeiro, afirma ser o discurso um modo de ação, uma forma de agir e interagir no mundo, como também um modo de representação. Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. E, por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social. O discurso nos molda e somos moldados por ele.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

A sociedade molda o homem e o homem molda o discurso e, conseqüentemente, a sociedade, num jogo de mão dupla. O discurso constrói a identidade social, que é constituída no social — o que o indivíduo fala, aos olhos de outros, constrói a sua identidade social. É uma prática não apenas de representação

do mundo, mas de significação deste. O discurso contribui para construir relações sociais entre as pessoas e sistemas de conhecimento e crença, pois tudo em que acreditamos passa pela língua e, por sua vez, constrói-se a crença.

Fairclough (2001), quanto a prática social, disserta que:

A constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias na cabeça das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 93).

Em todas as áreas da atividade humana há prática social. O que gera a prática social, portanto, é o uso do discurso reiteradamente. Fairclough (2001) orienta ainda que o discurso como prática política — tema do corpus desta pesquisa — estabelece, mantém e transforma as relações de poder, que a prática política e a ideologia não são independentes uma da outra, pois a ideologia é resultado de significados advindos da relação de poder. O discurso, como prática política, é um marco que delimita a luta de poder, pois os modos em que se articulam são pontos fulcrais de luta.

Novas relações sociais são criadas, segundo Koch (2004) por meio de discursos, os quais possibilitam visualizar o conhecimento, tornando-os sociognitivamente existentes. Os discursos sofrem reestruturações e são inseridos em novos contextos sociais.

Polifonia - Segundo Koch (2004), o termo polifonia aponta para o processo pelo qual, num mesmo texto, se fazem ouvir “vozes” que denunciam perspectivas ou pontos de vista diferentes com os quais o orador se identifica ou não. Há várias formas lingüísticas que atuam no texto, atuando como sinal da presença de outra voz, como:

- . Os operadores argumentativos - são marcas responsáveis pelo encadeamento sucessivo de segmentos textuais.
- . Os marcadores de pressuposição - são proposições que são tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas, certas.
- . O uso do futuro do pretérito como metáfora temporal - uso de figura de linguagem que consiste na alteração do sentido de uma palavra ou expressão, pelo acréscimo de um segundo significado.
- . O uso das aspas - que denota a existência de intertextualidade.
- . A ironia, entre outros.

Koch (2004) salienta que o conceito de polifonia é mais amplo que o de intertextualidade. O fenômeno da polifonia exige apenas que se simule, em termos teatrais, no texto, perspectivas ou pontos de vista de enunciados diferentes. Por isso o uso da metáfora empregada à polifonia, “vozes”, ou seja, a presença do outro nos jogos de linguagem.

2.3 Princípios de construção textual do sentido

Apresento um conjunto de itens que podem ser abordados na construção textual do sentido, ressaltando que, nesta pesquisa, analisarei a coesão textual e seus subitens — por lexo, lexical, por pró-forma, elipse, junção ou contrajunção —, a coerência e intertextualidade. Os tópicos foram escolhidos tendo em vista que, nos discursos políticos, essas marcas enunciativas têm grande peso na argumentação que esses textos apresentam.

2.3.1 Coesão e Coerência textual

A coesão textual, mais especificamente, é o encadeamento semântico que produz textualidade. É feita de maneira indireta e apela sempre para o conhecimento que o leitor tem do mundo. Trata de recuperar, em uma citação B, um termo presente em uma citação A.

Coesão é a forma como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também lingüísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente. (KOCH, 2004, p. 35).

Há quatro tipos de Coesão Textual: coesão lexical, que diz respeito a grandes conjuntos de conhecimentos relacionados. Pode ser identificada em: repetições, reescrita de palavras, ou termos; sinônimos, palavras com significados semelhantes; antônimos, significados contrários; nome geral, forma de expressar um termo ou expressão por um nome que engloba o significado do todo; frase ou colocação, quando há referências a um mesmo universo de conhecimentos a respeito do que está sendo dito e tenta-se reproduzir de forma sintética termos relacionados; paráfrase, quando há diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado, representando, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer.

. Coesão por pró-forma - quando se usa pronome ou adjuntos adverbiais para retomar expressões já ditas. O uso do pronome pode ser de natureza: anafórica, quando a referência é empurrada para trás, a exemplo da frase seguinte: “Pedro chegou. Ele está feliz”. O pronome “Ele” empurra a referência para trás, referindo-se a Pedro. Ou catáfora, quando a referência é empurrada para frente, exemplo: “A solução está ali, na recuperação florestal”. O adjunto adverbial “ali” se refere ao termo subsequente, “recuperação florestal”.

. Coesão por elipse - quando há a ocultação de termos ou expressões. Exemplo: Rafael nasceu em Brasília. Mudou-se para São Paulo aos 10 anos e formou-se em engenharia. O verbo mudar está acompanhado de seu sujeito elíptico “Ele” ou “Rafael”.

. Coesão por junção ou contrajunção - quando se usa a conjunção “e”, para unir termos, e contrajunção, “mas”, “contudo”, “todavia”, com sentido adversativo.

Coerência - A coerência se constrói por meio de processos cognitivos operantes na mente dos usuários, desencadeados pelo texto e seu contexto, razão pela qual a ausência de elementos coesivos não é, necessariamente, um obstáculo para essa construção. (Koch, 2004).

Encontramo-nos no domínio da coerência sempre que se faz necessário uma interpretação do sentido, com recurso a elementos contextuais, em particular os de ordem sociognitiva e interacional.

2.3.2 Intertextualidade

Intertextualidade, na opinião de Fairclough (2001), intertextualidade é a propriedade que têm os textos de fazer referência implícita ou explicitamente a outros textos (Fairclough, 2001). O autor distingue dois tipos de intertextualidade: intertextualidade manifesta - menção explícita de outros textos; e interdiscursividade ou intertextualidade constitutiva - menção de elementos das ordens do discurso ou interdiscursividade.

Na opinião de Koch, intertextualidade:

Compreende as diversas maneiras pelas quais a produção de um texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos

interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos. (KOCH, 2004, p. 42).

A intertextualidade e a intertextualidade manifesta focalizam a produção de textos; e segundo Fairclough (2001), a melhor forma de justificá-la é pela análise do texto, “mostrando que nossa interpretação é compatível com as características do texto, e mais compatível do que outras”. No entanto, questiona se há uma maneira clara de caracterizar a amostra segundo um gênero textual e como essa categorização tem implicações com a produção, a distribuição e o consumo dos textos.

Na intertextualidade manifesta, devem-se levantar questões sobre a produção do texto e sobre as características que estão em sua superfície. Segundo o autor, “o objetivo é especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto que está sendo analisado, e como isso ocorre” (Fairclough, 2001). Nesse tópico, podem-se ainda verificar a representação discursiva e as pressuposições.

A representação do discurso é “uma forma de intertextualidade na qual partes de outros textos são incorporadas a um texto e explicitamente marcadas como tal, como recursos, como aspas e orações relatadas” e essa representação pode ocorrer de modo direto ou indireto (Fairclough, 2001).

As pressuposições são “proposições que são tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas ou dadas (...)” ou simplesmente tomadas como tácitas (Fairclough, 2001) e, segundo o autor, o texto oferece várias pistas formais na organização de sua superfície que mostram isso. Algumas vezes, a pressuposição remete não a um texto específico, mas à opinião geral ou consenso. Além disso, elas podem ser sinceras ou formas de manipulação, pois Fairclough (2001) afirma

que “as pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são freqüentemente difíceis de desafiar”.

Passemos à análise dos fragmentos propriamente ditos.

3 ANÁLISE DOS FRAGMENTOS TEXTUAIS

Antes de seguir adiante, achei viável retomar alguns pontos. Primeiramente, o meu objetivo, com a análise dos fragmentos dos textos do deputado federal Ronaldo Caiado selecionados para o recorte, é encontrar resposta para as questões de pesquisa, conforme foram mencionadas na Introdução deste trabalho.

Considero relevante lembrar que utilizarei na análise da ideologia os pressupostos teóricos estabelecidos por Thompson (1995).

Analisarei fragmentos em três discursos do deputado federal Ronaldo Caiado, ambos proferidos em plenário da Câmara dos Deputados, Legislatura 2003/2007, especificamente em fevereiro e junho de 2006. Esses textos foram colhidos e selecionados na página da Câmara dos Deputados, Departamento de Taquigrafia, havendo, para que fosse feita a escolha, um levantamento parcial das marcas que denotavam o emprego dos modos de operação da ideologia e de construção de sentido contidas neles para verificar sua representatividade em relação ao que se deseja mostrar. Para situar os textos que constituem o *corpus* desta pesquisa, lembro que os mesmos apresentam vocabulário formal, culto. A subordinação de idéias é bem empregada e os enunciados encadeados com facilidade. Há preferência a pronunciamentos orais aos escritos. Talvez porque a maior parte das pessoas constrói razoavelmente a textualidade na língua oral. No texto escrito há a constante preocupação com concordâncias e regências e no texto oral predomina o raciocínio para se chegar ao objetivo final de se chegar à informação, à mensagem que se quer passar, sem maiores cuidados com o

emprego gramatical dos enunciados. Quanto à textualidade, apresentam coerência de idéias, com seqüências bem-formadas, objetividade e coesão. Ademais, os conectores lingüísticos são bem empregados.

Abaixo, faço a contextualização dos textos selecionados.

O Texto nº 1, que o denominarei de T1, trata da tramitação da proposta de reforma política, em que o deputado inicia seu raciocínio afirmando categoricamente que reforma política é unanimidade. Em seguida, introduz uma ressalva que reforma política é unanimidade desde que não adentrem a matéria propriamente dita, pois, na verdade, todos parlamentares concordam apenas com o título de reforma política, sem se importarem com os procedimentos dele advindos. Segue, o seu discurso fazendo um relato de toda a trajetória do projeto, desde sua criação até a designação da relatoria. Coloca em cheque a representatividade do sistema, mostrando o descrédito da população na classe política.

Ainda, como segundo ponto, o T1 disserta sobre o financiamento das campanhas eleitorais e a lista preordenada, que favorece o caciquismo no Brasil. Enfim, o deputado Ronaldo Caiado faz muito uso de ressalvas, repetições e questionamentos retóricos, que servem para iluminar certos aspectos do texto e esconder outros e tentar a aproximação do discurso político do discurso popular.

O Texto nº 2, T2, fala da conveniência da continuidade da sessão ordinária da Câmara dos Deputados, a despeito da invasão violenta da Casa por integrantes de movimento social, ocorrida no mesmo dia em que foi proferido este pronunciamento, e da leniência do Governo Luiz Inácio Lula da Silva com a truculência de movimentos sociais e da necessidade de melhor preparo e aparelhamento da Polícia Legislativa da Câmara dos Deputados. Faz muito uso de inserções de parafraaseamentos, sinônimos, repetições e intertextualidade.

O Texto nº 3, T3, trata da conveniência do Governo Federal com as arbitrariedades praticadas pelos movimentos, referindo-se à invasão ocorrida há dois dias, e da evidência da intimidade entre o Presidente da República, Lula, e o líder do Movimento de Libertação dos Sem-Terra — MLST, Bruno Maranhão; da premeditação e brutalidade da invasão à Casa orquestrada pelo movimento.

A análise dos fragmentos nos textos será feita texto por texto, em que, respectivamente, analisar-se-á o que fora proposto no início deste capítulo.

3.1 ANÁLISE DOS MODOS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA

Fairclough (2001, p. 104) salienta que ao construir textos as pessoas fazem opções que “resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença”. São essas escolhas de palavras, de idéias e de argumentos que pretendo analisar nos textos, para identificar marcas que podem evidenciar características como sendo ideológicas e, para isso, examino a ocorrência dos processos de **Legitimação** — Narrativização e Racionalização; **Dissimulação** — Tropo, e **Fragmentação** — Expurgo do outro e Diferenciação.

Começamos pela Narrativização que pode ser observada no T1, no fragmento a seguir. O trecho é um pouco longo, mas o transcrevo na íntegra para melhor análise. O texto constará por inteiro nos Anexos.

Vejamos no T1, parágrafo 3º, o fragmento:

(T1) Debruçamo-nos sobre essa matéria durante 2 anos, discutimos todos os pontos, ouvimos em seminários, congressos, audiências públicas, vários segmentos da sociedade. Ouvimos o povo. Perguntávamos exatamente quais eram os principais pontos que deveríamos atacar na reforma do sistema eleitoral brasileiro.

O processo da Legitimação no modo Narrativização nesse fragmento é verificado quando fatos passados são estruturados como narrativas com conseqüências no presente, retratando relações sociais de tal modo que podem estabelecer e sustentar relações de poder. É relevante mencionar a forma como a construção foi estruturada. As orações iniciam com o verbo na primeira pessoa do plural — “debruçamo-nos, discutimos, ouvimos, perguntávamos” —, cujo sujeito elíptico “nós” dá a entender que grande parte da sociedade participou do processo, quando, na verdade, só houve a participação de poucos.

Segundo Fairclough (2001), o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder. No caso em tela, o deputado Ronaldo Caiado argumenta que o Parlamento, apesar de todo o esforço dos pares, está aquém quanto à representatividade do sistema eleitoral brasileiro. A maneira como ele narra detalhadamente o percurso desse processo de participação pode levar o leitor/ouvinte a ser envolvido em um processo simbólico que pode servir para criar relações de dominação, pois o contexto é narrado de forma a reforçar a ordem aparente das coisas, de que há debates realizados junto à população a respeito do tema, reforma política, quando não há essa participação em massa por ele apresentada.

Ainda nesse parágrafo 3º, os termos “seminários”, “congressos” e “audiências públicas” denotam o emprego da coesão lexical no conjunto dos sinônimos ou palavras com significados semelhantes. Há uma progressão em que se utilizam as mesmas estruturas sintáticas, porém com itens lexicais diferentes. Esse conjunto de palavras com significados semelhantes reforçam a argumentação e dão evidência da utilização da estratégia de Narrativização da ideologia, quando reconta fatos ocorridos como narrativa de conseqüência aceitável no presente, a fim

de criar proximidade com o leitor e, conseqüentemente, estabelecer uma relação de poder.

No parágrafo 5º, o fragmento “esses pendores negociatas”, referindo-se aos operadores de campanha, é um exemplo de Legitimação, um dos modos de operação da ideologia, em que a um termo, no caso, “pendores negociatas”, lhe é atribuído uma conotação positiva ou negativa para amenizar o seu verdadeiro significado. Ao usar a expressão “pendores negociatas”, o orador usou o eufemismo como recurso, pendendo para uma conotação negativa. O termo “pendor” (Rocha, 1996) significa declive, inclinação. Propensão; tendência”. Inicialmente, considero que o autor poderia ter recorrido a uma palavra de uso mais corrente, usual, como tendência ou propensão. No entanto, optou por termo de uso menos comum, talvez, penso, para não chocar o ouvinte, uma vez que seu argumento deixa implícito, pelo uso do termo “pendores”, que há pessoas em nossa sociedade que possuem tendência ou vocação para o banditismo. E, se há uma inclinação, uma vocação para o banditismo, como sugere o autor, isso poderá servir de justificativa para o surgimento dessa classe de bandidos no seio da sociedade.

Portanto, a Racionalização foi empregada pelo orador para tentar justificar o conjunto de relações — a dos bandidos, facínoras, dos formadores de gangues de operação de campanha, amenizado pelo termo ali empregado, “pendores negociatas”.

Retomando as idéias de Koch (2004), de que novas relações sociais são criadas por meio de discursos, tornando-os sociognitivamente existentes, e que esses discursos sofrem reestruturações e são inseridos em novos contextos, veremos que o discurso ideológico é coerente justamente por apresentar lacunas que não são e não podem ser preenchidas para não desestruturar sua coerência.

Assim, o discurso apresentado pelo orador só é coerente porque apresenta racionalmente o modo como a classe dominante vê a questão do financiamento de campanha e apaga o modo como o leitor/ouvinte na sociedade vê e sente na própria pele as conseqüências desse financiamento.

Ainda no parágrafo 5º, T1, as expressões “os eleitos”, representando os 513 deputados da Câmara dos Deputados é exemplo de Dissimulação da ideologia por meio da figura de linguagem, Sinédoque — o uso da parte pelo todo. A expressão “os eleitos” significa parte da totalidade de parlamentares da Câmara, composta de 513 deputados e “os cabeças”, os operadores de campanha. Usou-se aí uma parte do corpo para representar o todo, ou seja, as pessoas que são operadoras de campanha eleitoral, e “os governantes”, que representam o corpo político na sua totalidade — Governo Federal, deputados e Senadores. Retomou-se o corpo político por uma parte, governantes. Esse tipo de construção de sentido pode confundir o leitor/ouvinte desviando-lhe a atenção do foco principal.

No parágrafo 6º. T1, a expressão “um Marcos Valério” pode representar qualquer pessoa que estivesse à frente da operação das campanhas, por isso não se determinou o sujeito, empregando, para isso, o pronome indefinido “um”. Essa técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais políticas mais amplas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a coesão textual foi expressa pela utilização do recurso da Sinédoque, o uso da parte pelo todo, ou seja, um dos componentes do grupo de operadores de campanha. O encadeamento semântico, auxiliou na produção da textualidade ao parágrafo, sem haver ruptura no campo semântico.

No mesmo parágrafo 6º, T1, a indagação “Ao que assistimos hoje? Exatamente a isso” não apresenta clareza do texto, pois ainda que a resposta à pergunta tivesse vindo anteriormente ao termo, para clareza do texto, dever-se-ia colocar a resposta à indagação referida e não o pronome “isso”, que poderia ter como resposta qualquer coisa. Assim, a construção do sentido empregada não colaborou para a clareza da informação. Pelo contrário, a deixou obscura.

No parágrafo 7º, T1, a expressão “um filtro às avessas” exemplifica o emprego do modo de operação da ideologia Dissimulação, por meio da metáfora. O atual sistema eleitoral brasileiro é comparado a um filtro, que, ao invés de separar as impurezas, as imperfeições do sistema, afugenta do processo as pessoas de bem. Por um lado, sua declaração é o mesmo que dizer, em outras palavras, que o atual sistema eleitoral não pode ser confiável, porque é mal representado, uma vez que funciona como um filtro às avessas. Por outro, leva-nos à conclusão de que a solução, a meu ver, é a Comissão Especial, da qual ele faz parte e ali mantém seus interesses outros, mudar o sistema atual e encontrar o caminho de volta, o caminho do conserto e da viabilização do sistema, impedindo que irresponsáveis e inconseqüentes participem das eleições em âmbito nacional.

Esse tipo de construção do raciocínio apela para a lógica, desviando a atenção do ouvinte do verdadeiro problema, qual seja o desvio do dinheiro público para o custeio das campanhas eleitorais.

Com relação ao discurso, Orlandi (2003) comenta que “as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem”. O fragmento ora em análise exemplifica essas formações discursivas, em que o sentido não está na palavra, mas na intenção que

pode ser verificada por trás dela. A coesão e a coerência podem estar apresentadas unilateralmente, mas o sentido é outro.

Ao fragmentar um grupo, segmenta-se sua força de atuação e seu poder. Vejamos como o orador usa a Fragmentação, por meio da Diferenciação, processo recorrente no fragmento a seguir, parágrafo 12, T1:

(T1) Esse processo provoca o que vemos acontecer: os partidos não têm a menor importância para a população brasileira, não são mais referência. Cada vez mais a individualidade prevalece sobre o partido político (...).

O orador não apresenta um Parlamento formado por um grupo de deputados que se podem declarar modelos de representação da população. Pelo contrário, é um grupo fragmentado, dividido. Há dois grandes grupos: os que apoiam o financiamento de campanha eleitoral e os que não apoiam. Paralelamente, coloca deputados favoráveis e deputados contrários ao financiamento de campanha. A lógica construída é que os que podem custear, porque têm alto poder aquisitivo, sua campanha, conseguem eleger-se, mas, ao se viabilizar o financiamento de campanha, menos candidatos bem dotados de dinheiro vão poder eleger-se. Logo, os candidatos “pobres”, os que não têm recursos, ainda que apresentem bons projetos, tiram a vaga dos que têm alto poder aquisitivo, sem se pensar que, neste caso, não é o dinheiro que conta para o candidato ser eleito ou não.

Assim, o grupo de candidatos à eleição é cingido em: os que têm recursos financeiros para custear sua campanha e os outros que não têm alto poder aquisitivo. A fragmentação, candidatos com alto poder aquisitivo x candidatos que não têm poder aquisitivo, é usada para mostrar que o problema não é histórico, mas é social e econômico: conquista a vaga no Parlamento quem tem como custear boas campanhas, que são caras e restritas à classe dominante, à classe alta.

Orlandi (2003) comenta que a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada determina o que pode e deve ser dito. Neste caso, determinou-se exatamente o que deveria ser dito, de forma a fragmentar o grupo ao enfatizar suas diferenças.

O parágrafo 14, T1, na expressão “nenhum país tem mais caciques nos partidos que o Brasil”, a palavra “cacique” foi atribuída aos parlamentares que assumem a função de líder no partido, o que demonstra ser um segmento rachado, dividido, em que não há unidade e uma só voz no comando, mas várias. Embora o partido tenha um líder que responda pelo grupo, há vários outros, que nem sempre têm o mesmo pensamento do líder. O termo “caciques” caracteriza o uso figurativo da palavra líderes ou mandantes, desencadeando a Dissimulação de relações sociais por meio da metáfora - “caciques”.

O mesmo ocorre no parágrafo 18, T1, em que se verifica também o processo de Dissimulação, com o emprego do Tropo, metáfora, na expressão “balcão de negócios”, para se referir à Câmara dos Deputados, em que os projetos e medidas provisórias são tramitadas por negociações outras e não por força da melhor opção, que é o debate. Esse exemplo também caracteriza a ideologia por meio da Dissimulação, uma maneira eficaz de mobilizar o sentido no mundo sócio-histórico, podendo servir para criar, sustentar e reproduzir relações de dominação.

Ainda no parágrafo 18, T1, a expressão “O que vemos hoje? Um governo que se diz engessado por não ter a maioria na Casa (...) mas, ao chegar ao poder fez o contrário”, exemplifica outro modo pelo qual a ideologia pode operar, a Fragmentação, em que as relações de dominação podem ser mantidas afastando qualquer alvo considerado perigoso que possa desafiar o grupo dominante. Uma estratégia usada na fragmentação é o Expurgo do outro —, em que há a construção

de um inimigo considerado perigoso contra o qual faz-se chamamento à resistência e ao seu expurgo. O deputado Ronaldo Caiado discrimina as atitudes, segundo ele, errôneas do Presidente da República, Lula, que ao chegar ao poder, transforma o Parlamento em lugar de negociatas. Implicitamente há um chamado contra o inimigo, no caso, o Presidente da República que diz priorizar a reforma política e, ao chegar ao poder, reage contrariamente ao seu discurso, caracterizando aí o modo de operação da ideologia Fragmentação, Expurgo do outro.

Segundo Thompson, (1995), “a ideologia dá ênfase crítica às análises sócio-histórica e discursiva e as usa com o objetivo de desmascarar o sentido que está a serviço do poder”. Diante disso, pode-se questionar: até que ponto é correto afirmar-se que a intenção do deputado Caiado é realmente defender a classe agrícola, quando — conforme já vimos no capítulo acerca do seu perfil biográfico — ele se origina de uma oligarquia eminentemente política e latifundiária, possui ótima formação acadêmica e, portanto, possui considerável propriedade auto-reflexiva da linguagem? É natural que ele prime pela proteção de suas terras e as de seus familiares, notadamente lutando contra todos os que se dizem contra os seus interesses, a preservação de suas terras. Os discursos proferidos pelo deputado Caiado, em sua grande maioria, são voltados a exercer pressão governamental, sempre com a finalidade de alcançar seu objetivo, sustentar a elite agroconservadora. No caso, o Presidente da República, Lula, devido ao apoio que dá à reforma agrária, tornou-se inimigo iminente do deputado Ronaldo Caiado, e conseqüentemente do segmento rural, que não concorda com o advento da reforma agrária. Por isso, a meu ver, passa a depreciá-lo tratando-o como inimigo e cuidando para que o mesmo fique afastado e mal visto pela sociedade. Essa fragmentação é

uma das características do modo de operação da ideologia, que acaba fazendo com que essas práticas discursivas tornem-se interiorizadas nos discursos de outros.

No T2, parágrafo 2º, o fragmento “o braço do PCC” diz respeito ao Sr. Bruno Maranhão, o cabeça da invasão ocorrida na Câmara dos Deputados, no dia 6 de junho de 2006, e exemplifica o processo de Dissimulação, por meio do modo Sinédoque. Segundo o deputado Ronaldo Caiado, o PCC, Primeiro Comando da Capital, tem invadido as propriedades rurais, a vida do cidadão paulista e, agora, o Sr. Bruno Maranhão, como membro, como braço, pessoa de confiança do PCC, invadiu o Parlamento. Houve a aplicação da parte, Bruno Maranhão, pelo todo, o movimento do PCC, caracterizando o uso da Sinédoque, recurso usado para valorar negativamente a profissão, os negócios de Bruno Maranhão.

O trecho abaixo também apresenta mais um modo de operação da ideologia, a Dissimulação, por meio do eufemismo, em que ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas para despertar valoração negativa.

T2, parágrafo 20, a expressão “o líder do MST é extremamente experto em invadir, saquear propriedades, prédios públicos, até assaltar bancos”, em que o deputado Caiado, ao afirmar que o líder do MST é extremamente experto em assaltar bancos, refere-se a Bruno Maranhão, Líder do Movimento dos Sem-Terra. Ora, a denominação adequada para quem invade, saqueia e assalta seria a palavra bandido e não “extremamente experto”, que, segundo o dicionário Aurélio (1998), aponta para o significado “experiente, experimentado”. Neste caso, o orador utilizou-se de um eufemismo para amenizar o peso da palavra facínora, bandido.

Ainda nesse fragmento as palavras “invadir”, “saquear” e “assaltar” estão no mesmo campo semântico, por isso denotam a coesão lexical por meio de sinônimo, facilitando a argumentação discursiva.

Após identificarmos as marcas que caracterizam os modos de operação da ideologia e levando-se em consideração que discursos são “formas de controle, crítica e transformação e são apresentados sob conhecimentos retoricamente orientados”, Koch (2004), não há grupo de pressão mais eficiente atuando no interior do Parlamento brasileiro do que a bancada ruralista, pois esse segmento tem conseguido benesses do Governo em troca de apoio para os seus planos. Se procurarmos desvendar o significado do que diz Thompson em relação aos modos de operação da ideologia e fizermos uma reflexão da vida pregressa do deputado Caiado, sua formação acadêmica, atuação científica e parlamentar, verificaremos que o cunho ideológico, a intencionalidade desvelada em seus discursos, o que ele quer passar, não está relacionado somente à preocupação com relação às terras dos agricultores brasileiros. A estrutura da argumentação discursiva e a ideologia aplicada em seus discursos criam uma falsa consciência sobre a realidade, com a intenção de reforçar a dominação do meio.

3.2 ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Segundo Orlandi (2003) “a linguagem, não serve apenas para designar uma realidade preexistente, ela faz muito mais do que isso, organiza o mundo em que vivemos”. Na análise da construção do sentido não basta uma análise formal do código em que foi cifrado para torná-lo legível, pois o que importa para a significação é o universo do discurso, o contexto da sua produção.

Ao dar seguimento à análise dos fragmentos nos textos, faço referência aos recursos lingüísticos empregados na construção do sentido. Lembro que serão

analisadas as marcas de coesão lexical, coerência e intertextualidade identificadas nos textos.

3.2.1 Análise da coesão e coerência textual

A coesão lexical e coerência podem ser identificadas em: repetições, sinônimos, antônimos, nome geral, pró-forma, frame ou colocação e paráfrases. Contudo, nos textos, foram identificados somente a coesão lexical por repetição, frame, pró-forma e paráfrases, tendo em vista os textos apresentarem em número maior essas marcas.

A repetição, característica da língua falada, é uma das estratégias de formulação textual muito presente na oralidade. Por sua flexibilidade funcional, a repetição desencadeia um variado conjunto de funções, contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e o desencadeamento de seqüências mais compreensíveis; dá continuidade à organização textual e auxilia nas atividades interativas, tendo como resultado uma textualidade menos densa e maior envolvimento interpessoal. Tudo isso faz da repetição elemento essencial no processo discursivo da língua falada.

. Repetições e sinônimos - Há casos em que a repetição é feita por uma substituição de um termo por uma qualificação ou caracterização a ela referente, mas, no caso específico, tendo em vista o deputado se utilizar muito delas, serão enfatizadas também as repetições puras, que colaboram, intencionalmente, para incrementar a argumentação. Vejamos nos fragmentos abaixo marcas de coesão lexical, por meio da Repetição.

T1, parágrafos:

. 3º - As expressões “Ouvimos o povo!”, “O povo respondia”; 4º - “189 Deputados Federais já mudaram de partido 332 vezes”, “Repito: 189 Deputados Federais já mudaram de partido 332 vezes”; 10º - “Dez bilhões de reais”, “Dez bilhões de reais!”; 12 - “Cada vez mais individualidade”, “Cada vez mais candidato”, “Eu vou construir, eu vou fazer, eu vou trazer” e 20, “não adianta remendos”, “Não adianta buscarmos”, apresentam marcas de coesão lexical por meio da repetição, recurso argumentativo que contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual. Nestes casos, o orador poderia simplesmente citar uma só vez o enunciado e o ouvinte, sem dúvida, o entenderia. Contudo, optou por usar o recurso da repetição para prender a atenção do ouvinte, ou levá-lo a, quem sabe, fazer uma avaliação mental acerca dos gastos do dinheiro público e/ou do prejuízo acarretado à população, quando o deputado não prossegue com a tramitação de bons projetos já iniciados em virtude da mudança de partido.

Nesse mesmo fragmento incrementa ainda mais a argumentação ao usar frases exclamativas, que, por si só, já são chamativas, enfáticas. Tal recurso intensifica a força retórica do texto e tem grande valor persuasivo, funcionando como reforço do dito, que é um dos papéis do recurso da repetição.

. *Frame* ou colocação. Foram identificadas marcas de coesão lexical por meio do *Frame* ou Colocação no T1, parágrafos: 7º, na palavra “matéria” que faz *frame* com “atual sistema brasileiro”. A matéria que ora é debatida lembra o atual sistema eleitoral brasileiro. Nesse tipo de recurso reproduz-se de forma sintética o mesmo universo de conhecimentos relacionados ao primeiro termo, conservando-se o sentido original de “matéria” e “sistema”. Parágrafo 10º, o fragmento “com financiamento do narcotráfico, do tráfico de armas, do roubo de carga, do jogo do bicho” faz *frame* com “organizações criminosas existentes no País” está inserido

numa explicação do deputado para a questão dos gastos com eleição no país. Segundo ele, o dinheiro para as campanhas é originado do narcotráfico, do tráfico de armas, roubo de cargas e jogo do bicho. Todos esses itens lembram atitudes errôneas, ilícitas, que, mais adiante, o deputado Caiado reafirma a informação com o uso do *frame* “organizações criminosas”, como se quisesse, primeiro, encadear o raciocínio para lembranças de coisas ilegais e, segundo, concluí-lo com um termo resumitivo com a expressão “organizações criminosas”. Dessa forma, o ouvinte foi guiado para um determinado caminho que o possibilitou construir o sentido estabelecido pelo orador.

No T2, parágrafos, 2º, na expressão “dar nome aos bois” faz *frame* com “o braço segundo do PCC que invadiu esta Casa”. O *frame* é semântico. O “dar nomes aos bois”, no caso, refere-se à identificação do mandante da invasão ocorrida na Câmara dos Deputados; que é “o braço segundo do PCC”, Bruno Maranhão. O *frame* foi usado nesse tipo de construção do sentido para direcionar a coerência textual. A expressão “nome aos bois” é um dito popular que, semanticamente, quer dizer, no caso em tela, “o braço segundo do PCC, Bruno Maranhão” e, por isso, faz essa correlação — “nome aos bois” com “braço segundo do PCC”.

3º, a expressão “esse homem, cujo nome ninguém quis dizer, almoça e janta com o Presidente Lula” faz *frame* com “base de apoio do Presidente da República”. A pessoa cujo nome não foi declarado é a mesma que janta com o Presidente da República. Observem que o campo semântico continuou o mesmo, e o *frame* foi usado para dar continuidade à construção do sentido. Os verbos almoçar e jantar, da forma como foram empregados lembram amizade, confiança. Ora, quem almoça e janta na casa de alguém, geralmente é amigo do dono da casa. O mesmo

relacionamento não ocorre entre inimigos. Portanto, pode-se, no caso, afirmar, sim, que Bruno Maranhão é base de apoio do Presidente da República.

4º - O fragmento “Vá fazer isso em Paris! Vá invadir o Congresso na França, para ver se a Gendarme, em 2 minutos, não coloca abaixo todos os invasores”, há *frame* entre os termos “Paris”, “França” e “Gendarme”. Todos são originados do mesmo campo semântico. O deputado utiliza esses três pontos geográficos — “Paris, França e a guarda Gendarme” — para justificar que o Congresso deste País não é semelhante ao da França quanto ao tratamento que se dá aos invasores. Também, quando emprega o termo “Gendarme”, faz uso da intertextualidade, uma vez que esse termo é de origem estrangeira e significa a guarda de um congresso francês. Para haver o entendimento da construção do sentido, neste caso, é necessário haver conhecimento de que se trata de um país localizado na Europa. Na minha opinião, o *frame* foi usado com grande risco de o ouvinte não poder correlacionar os pontos geográficos citados — França, Paris e Gendarme —, caso não tivesse esse conhecimento armazenado. Talvez, por isso, mais adiante, ele cita o termo “invasores”, para lembrar a invasão que ora acontecia na Câmara dos Deputados.

No T3, parágrafos: 1º - A expressão “assunto que provocou perplexidade a todos” faz *frame* com “a invasão criminosa”. O termo “perplexidade” lembra “invasão criminosa”, coisas fora da rotina diária da Casa. Em meio a uma invasão, dificilmente as pessoas conservam-se em estado pacífico, sem estarem perplexas. Essa matéria, invasão, foi altamente debatida nos meios de comunicação de massa, quando do ocorrido na Câmara dos Deputados, e 2º, a expressão “invadir, seqüestrar, saquear, corromper” faz *frame* com “intranqüilidade no campo”. A estrutura seqüencial dos verbos iniciais, significando baderna, culmina para o

significado semântico da palavra “intranqüilidade”. Há um encadeamento de palavras que denotam confusão, desacertos. Por isso, o *frame* foi usado com o último termo “intranqüilidade”.

. Paráfrase. O recurso da paráfrase é empregado para se fazer esclarecimento, em que se reflete sobre a forma do dito explicitando termos empregados. Foram identificadas marcas de Coesão lexical por paráfrases nos fragmentos:

T1, parágrafos: 1º - Os termos “Srs. Parlamentares” parafraseia o termo “todos nós”, significando os 513 Deputados da Câmara dos Deputados; 7º - “irresponsáveis, incoseqüentes, delinqüentes” parafraseia a expressão “participantes do processo de caixa 2”; 18 - “pregação doutrinária” parafraseando o trecho “rumos programáticos”; 22 - “deformidades e incongruências” faz paráfrase com “toda essa situação de ingovernabilidade, de desgaste, de descrédito no Congresso Nacional”; 27 - “sem debater” parafraseia com a frase “sem expor nossas posições”.

T2, parágrafos: 2º - “a rotina do produtor rural” faz paráfrase com “PCC que invadiu esta Casa”. Em todos os exemplos há recorrência de estruturas sintáticas com elementos lexicais apresentados sob formas estruturais diferentes. Nesse tipo de construção do sentido a paráfrase é grande auxiliadora do reforço argumentativo e funciona como retomador de idéias para se chegar à interação. Um recurso que repete a informação dada de forma diferente, sem haver ruptura na comunicação.

. Pró-forma - recurso empregado para retomar trechos do encadeamento com mesmo campo semântico. Podemos verificar a utilização desse recurso em: T1, parágrafos: 6º - “Vamos ver nas eleições de 2006 um Marcos Valério responsável por ela na Legislatura de 2007”. O pronome “ela” foi retomado como pró-forma de

natureza anafórica, ou seja, quando a idéia refere-se ao termo anterior, “eleições de 2006”; 16 - “Não ‘as’ responsabilize pelo caciquismo, ‘ele’ existe independentemente ‘delas’”. Neste caso, há três coesões lexicais por pró-forma na mesma frase — “as”, “ele” e “delas”. O termo “as” referindo-se às listas fechadas, “ele”, ao caciquismo, e “delas” referindo-se novamente às listas fechadas no Parlamento. Ambas são de natureza anafóricas, dizem respeito ao termo antecedente; 23 - “A verdade é esta: Mudanças que precisam ser feitas não o são porque aqui não há acordo entre partidos”. Exemplificam o recurso lingüístico pró-forma de natureza catafórica, em que o pronome “esta” refere-se à expressão subsequente, posterior, ou seja, às mudanças que precisam ser feitas e não o são. Nesse desencadeamento do raciocínio quanto mais se retomam termos anteriores mais completa se torna a interação, fixando o dito.

3.2.2 Análise da intertextualidade

Intertextualidade é outro recurso importante na construção do sentido, que, segundo Koch (2004), ocorre “quando, em um texto, está inserido um outro texto anteriormente produzido, que faz parte da memória social coletiva ou discursiva”. Obrigatoriamente a intertextualidade passa pelo conhecimento prévio em busca do entendimento.

Se, por exemplo, ao nos dirigirmos ao aeroporto, certamente, não haverá necessidade de esse termo — no caso específico, significando o local em que se realizam embarques e desembarques de vôos de viagens — ser-nos apresentado. Contudo, se falarmos dessa mesma palavra, aeroporto, por exemplo, para um indígena primitivo, com certeza, ele não saberá do que se trata. Há que se fazer

ligações e imaginação do quanto tenho que dizer para o outro, para haver entendimento.

A interdiscursividade focaliza a produção de textos e, segundo Fairclough (2001), a melhor forma de justificá-la é pela análise de texto. É o que veremos no parágrafo 22, do T1, abaixo. No T1 podemos identificar o uso da intertextualidade, primeiramente, no aparte concedido a outro parlamentar da Casa, em que se fizeram comentários referentes ao assunto.

T1, parágrafo 22 - O fragmento “se tiverem coragem, fazer um apelo nas ruas do tipo: convoquem o Congresso Nacional na batalha contra a corrupção!” exemplifica a utilização do recurso da intertextualidade, numa forma peculiar da representação do discurso, constituída, no caso em tela, por uma oração imperativa em sua forma gramatical. O ponto de exclamação indica que ela deve ser tomada como uma reivindicação. Não se sabe ao certo, à primeira vista, quem está reivindicando e, por isso, o trecho parece ambíguo. Contudo, se retrocedermos na leitura com um pouco mais de atenção, veremos que no trecho antecedente é delatada a resposta: quem reivindica são “os que estão a favor do atual sistema eleitoral”. Nesse caso, há uma resposta para quem reivindica, contudo, ela é posta em segundo plano, ao ser colocada depois da informação acerca de quem reivindica. Além do que, em termos ideológicos, esse tipo de construção do sentido pode mascarar as relações de poder e moldar as práticas sociais.

O Texto nº 2 apresenta marcas de intertextualidade no parágrafo 4º, “O deputado Miro Teixeira disse que esta Casa, como as de outros países que têm história maior de democracia, sabe conter esses processos. Vá fazer isso em Paris!”. A citação da voz de outro deputado no discurso acerca do tema exemplifica intertextualidade por meio do discurso indireto. A intenção aqui foi de desdizer que a

Câmara dos Deputados sabe conter processos, como os de invasão. A referência que o deputado Miro Teixeira faz a outros países que têm história maior de democracia saberem lidar com esse tipo de processo, segundo o desencadeamento argumentativo do deputado Ronaldo Caiado, é falsa em relação ao Brasil. Segundo o orador, pelo desenvolvimento da argumentação, outros países com história maior de democracia podem até saber lidar com esse processo, invasão, mas o Brasil não.

T3, parágrafo 3º - O trecho “vejam bem a foto estampada no jornal O Globo, em que o Presidente da República recebe no Palácio do Planalto (...) mostrando que tem intimidade com o Presidente da República”, mostra o uso de intertextualidade quando relata trecho de notícia veiculada no jornal O Globo sobre os contatos entre a Presidência da República e o Sr. Bruno Maranhão, o cabeça da invasão ocorrida na Câmara dos Deputados no dia 06 de junho. A intenção foi mostrar para o leitor/ouvinte que o Presidente da República, Lula, e Bruno Maranhão realmente eram amigos. A intertextualidade foi o recurso mais apropriado para transmitir essa informação e reforçá-la.

E no parágrafo 4º, no fragmento “Em certo trecho da gravação, alguém diz o seguinte: As portas estão abertas (...) Lá dentro é que vai ser o chabu”, são revelados trechos de uma conversa contida numa fita cassete apreendida por policiais da Casa sobre o planejamento da invasão. Nesse tipo de construção de sentido, em que se usa o recurso da intertextualidade, quanto mais próximo o segundo texto for do texto-fonte menos necessário se fará a recuperação deste pelo orador.

No caso em tela, o assunto já teria sido debatido e argumentado exaustivamente e, nesse trecho, o orador fecha o raciocínio com comentários de um outro texto — referente à fita cassete — em seu discurso. A intenção foi de se fazer

confiável nas informações feitas. Dessa forma, penso, não se teriam dúvidas quanto à índole de Bruno Maranhão. Assim, o recurso da intertextualidade foi bem empregado para haver o convencimento do leitor/ouvinte para aquilo que se afirmava, que Bruno Maranhão era o cabeça da invasão ao Parlamento.

Os parafraseamentos retóricos são elementos que também contribuem para a organização discursiva e a monitoração tópica da coerência textual e podem ser identificadas nos trechos a seguir.

T1, parágrafos 18, no fragmento “pregação doutrinária, com seus rumos programáticos”, há uma paráfrase entre as expressões “pregação doutrinária” e “rumos programáticos”, procurou-se manter o mesmo sentido usual do termo “doutrina” significando repetição de ações, idéias, projetos e programa, caminhando para o sentido de se cumprir compromissos de agenda ou algo previamente planejado, em que há um traçado, ou seja, “rumos programáticos”.

Ainda no parágrafo 18, as orações “Com isso teríamos o que existe em uma campanha” e “levar o programa do partido à sociedade e trabalharmos, diuturnamente, em defesa do compromisso que o partido fez”, são reflexões automáticas, reorientadoras do significado do que venha a ser uma campanha, sentido que foi conectado pelo parafraseamento retórico.

No parágrafo 22, nos termos “deformidades e incongruências” e “essa situação de ingovernabilidade, de desgaste, de descrédito”, há repetição em forma de parafraseamento retórico. “Deformidade de operadores de campanha, gasto do dinheiro público” faz paráfrase com o termo resumitivo “ingovernabilidade”, com o intuito de dar continuidade à organização tópica e interativa do discurso.

T2, parágrafos 2º - Os fragmentos “muitos aqui estão nervosos, perplexos”, e “essa agitação toda”, em forma de parafraseamento, incrementam a argumentação, sem haver ruptura do campo semântico. Os termos “nervosos, e perplexos” mantêm a linearidade semântica com “agitação toda”, uma forma de se retomar o que fora dito anteriormente. Esse tipo de construção do sentido é muito sutil, acaba levando o leitor/ouvinte a fazer inferências e aderir aos argumentos apresentados. Emprega-se o parafraseamento retórico e, logo em seguida, faz-se o fechamento do raciocínio em forma de repetição, que propõe, em um primeiro nível a atração por meio da reformulação parafrásica e, segundo, o convencimento.

T3, parágrafo 3º - No período “o Sr. Bruno Maranhão, que é o presidente do movimento, que coordenou a invasão a esta Casa”, há esclarecimentos extras em relação à pessoa do Sr. Bruno Maranhão, ao empregar o mesmo sentido semântico entre os termos “presidente do movimento” e “coordenador da invasão”, exemplificando o uso de parafraseamento. As palavras “presidente e coordenador” lembram cargos de responsabilidade.

Enfim, ao analisarmos o emprego das marcas de coesão, coerência e intertextualidade existentes nos fragmentos dos textos, podemos concluir que um texto não é uma unidade construída por uma soma de sentenças, mas pelo encadeamento semântico delas, criando, assim a trama semântica da textualidade. Um termo ou expressão depende do outro para se completar em seu sentido. Tem a ver com conotação, não pode estar preso somente à palavra e deve reproduzir exatamente a intenção de quem escreve. Quando se produz um discurso há que ser levado em conta a promoção da concordância entre o termo de uma primeira sentença retomado numa segunda, para que haja necessariamente a interação discursiva. Todo texto caracteriza-se, portanto, pela sua intertextualidade —

conexões de idéias, encadeamento de enunciados — e pela transmissão de informação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um texto não é uma unidade construída por soma de sentenças, mas pelo encadeamento semântico delas, criando, assim, uma trama semântica denominada textualidade. Muito do nosso conhecimento prévio é exigido para que haja uma compreensão mais exata da textualidade quando da análise discursiva. Assim, a argumentação poderá ter mais ou menos peso quanto ao caráter discursivo e passa a ser tão decisiva para o caráter do discurso quanto para quem o lê, pois nem tudo que o enunciado deixa ou faz entender se acha nele explícito. Observei que um bom exemplo é a argumentação discursiva produzida por parlamentares da Câmara dos Deputados, segmento que, propositadamente, adota uma linguagem politicamente correta com o objetivo de mostrar sua força política.

Considerando as condições de produção do discurso, a Câmara dos Deputados, como uma instituição eminentemente política e campo propício para o exercício da prática discursiva, concluí que os discursos parlamentares estabelecem por meio de uma das práticas sociais, a produção textual, relações de envolvimento com o outro e de comunicação, elemento determinante para a melhor interação.

O objetivo deste trabalho foi analisar fragmentos em três textos políticos, especificamente do deputado federal Ronaldo Caiado, ambos proferidos no plenário da Câmara dos Deputados. Os textos foram coletados no Departamento da Taquigrafia da Câmara dos Deputados e tratavam, respectivamente, da tramitação da proposta de reforma política, coibição da troca de partidos políticos no Congresso

Nacional e implementação do financiamento público de campanhas, T1; da conveniência da continuidade da sessão ordinária, a despeito da invasão violenta da Casa por integrantes de movimento social, T2, e do caráter criminoso das invasões de propriedades rurais promovidas por movimentos sociais e a conveniência do Governo Federal com as arbitrariedades praticadas pelos movimentos, T3.

Na análise considerei requisitos de textualidade, como coesão, coerência e intertextualidade, segundo a Análise do Discurso - Orlandi (2003), Discurso e Mudança Social - Fairclough (2001), Lingüística Textual - Koch (2004), A Inter-ação pela linguagem - Koch (2004), A Coesão textual – Koch (1993), A Coerência textual – Koch e Travaglia (1990) e O que é Lingüística - Orlandi (2003). Também considerei requisitos da ideologia, marcas caracterizadas como ideológicas presentes nos textos com base na teoria proposta por Thompson (1995).

A análise foi empreendida com o objetivo de identificar quais marcas enunciativas contidas no discurso do deputado federal Ronaldo Caiado evidenciavam elementos que poderiam ser caracterizados como ideológicos, segundo a teoria de Thompson. Para determinar a ideologia presente nos textos, parti de argumentos usados pelo autor, analisei os modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995) e encontrei predominantemente dois modos: Legitimação e Dissimulação, embora outro modo tenha aparecido em menos frequência, a Fragmentação.

Das categorias apresentadas, aparece com mais frequência a Legitimação. Além disso, os argumentos são sustentados por meio da Legitimação e de Racionalização das idéias apresentadas. Com isso, há busca por fazer os argumentos legítimos, apelando para a lógica, ao se fragmentar a figura do Governo Federal perante a sociedade e parlamentares. Essa fragmentação se estabelece por

meio da Diferenciação, pois o orador busca evidenciar os defeitos e falhas do Presidente da República, Lula, para, em contrapartida, fazer oposição ao Governo Federal.

Também quais recursos lingüísticos foram utilizados para formular, organizar e construir um sentido na tessitura da produção textual parlamentar. Como resposta verifiquei que o deputado faz muito uso de argumentos, como parafraseamentos, linguagem denotativa e conotativa, repetições enfáticas de expressões e palavras, sinônimos e questões retóricas, frases feitas e figuras de linguagem. O recurso da intertextualidade também é muito utilizado para enriquecer a argumentação, sempre no esforço de despertar no ouvinte a confiança para o que está sendo dito. Também é utilizada uma pontuação bastante rica, o que dinamiza o discurso — dois pontos, aspas, ponto de exclamação e de interrogação —, com a intenção de tentar criar atmosfera de intimidade ou cumplicidade com o ouvinte, encadeando o discurso para o convencimento.

E, por fim, a análise teve também como objetivo tentar responder se é possível afirmar-se que os discursos parlamentares proferidos no contexto do plenário da Câmara dos Deputados podem propiciar o fortalecimento de uma posição política. Quanto a esse item concluí que a classe política apresenta em seus discursos marcas e características textuais que vão além da simples tarefa de falar à sociedade. Por meio dos textos elaborados eles operam e selecionam informações de um determinado momento sócio-histórico e, ao interagir com a linguagem, especificamente no contexto Câmara dos Deputados, tentam aproximar o discurso político do discurso popular, tornam-se sujeitos ativos de seu dizer e estabelecem, sim, por meio da manifestação verbal, o fortalecimento da classe política no Parlamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1993.

KOCH; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CAIADO, Ronaldo. *Atuação parlamentar 1991-1995*. Brasília, DF: CED, 1995.

ANEXOS

ANEXO 1

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO FEDERAL RONALDO CAIADO

1. O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, não existe um tema que convirja mais o sentimento dos Srs. Parlamentares e de todos nós na Casa do que a reforma política. Reforma política é unanimidade, desde que não iniciemos a redação do texto, a elaboração do projeto. Todos concordam apenas com o título. A partir daí, as divergências aparecem a cada minuto.
2. No início desta Legislatura, Sr. Presidente, criou-se uma Comissão Especial, com representantes dos partidos na Casa, e coube ao Deputado Alexandre Cardoso a Presidência, e a mim, a Relatoria.
3. Debruçamo-nos sobre essa matéria durante 2 anos, discutimos todos os pontos, ouvimos em seminários, congressos, audiências públicas, vários segmentos da sociedade. Ouvimos o povo. Perguntávamos exatamente quais eram os principais pontos que deveríamos atacar na reforma do sistema eleitoral brasileiro. O povo respondia com toda a clareza: “Nós não suportamos mais esse troca-troca partidário”.
4. Só para V.Exas. terem idéia, até hoje, nesta Legislatura, 189 Deputados Federais já mudaram de partido 332 vezes. Repito: 189 Deputados Federais já mudaram de partido 332 vezes, somando 37% dos 513 Deputados. Pergunto: onde está a representatividade do sistema? Esta Casa realmente representa o sentimento da população, que votou em um Deputado que já mudou 5, 6, 7 vezes de partido? Isso provoca o descrédito da população na classe política.
5. O segundo ponto identificado por nós, que, sem dúvida nenhuma, aparece a todo o momento, é exatamente o financiamento das campanhas eleitorais. Foi criada a figura do operador de campanha — PC, Waldomiro, “vampiro”, “gafanhoto”, Delúbio, Marcos Valério. Enfim, essa seqüência toda em que esses pendoros negociatas proliferam no processo eleitoral brasileiro e se tornam mais fortes do que os governantes: porque têm o comando do financiamento da campanha daquele candidato nas mãos, passam a influenciar nas decisões, a definir nomeações, passam a ser o homem temido — os eleitos têm medo de que amanhã as revelações dessas pessoas, os cabeças, levem o Governo a um processo de ingovernabilidade.
6. Ao que assistimos hoje? Exatamente a isso. Não é diferente. Se não mudarmos o sistema eleitoral brasileiro, vamos ver nas eleições de 2006 um Marcos Valério responsável por ela na Legislatura de 2007. Esse é o ponto que precisa ser enfrentado por esta Casa.
7. A Comissão Especial se debruçou sobre a matéria e provou que podemos mudar o atual sistema eleitoral brasileiro, que funciona como um filtro às avessas: em vez de estimular, provocar um sentimento de participação no processo eleitoral, afugenta as pessoas de bem, e cada vez mais irresponsáveis, inconseqüentes, delinqüentes, que nada mais têm a perder, que participam do processo de caixa 2, ficam mais ousados para disputar eleições em âmbito nacional.
8. Propusemos mudanças no Projeto de Lei nº 2.679, de 2003: financiamento público e exclusivo, definição do valor prévio da campanha eleitoral no Orçamento,

distribuindo-o a cada partido de acordo com a representatividade na Câmara dos Deputados. Outra variante seria o número de eleitores em cada Estado.

9. Até aí, tudo caminhava bem. Mas começaram as divergências. Os opositores do financiamento público perguntavam: “Como explicar à população que vamos gastar 840 milhões de reais numa campanha eleitoral, quando não existe dinheiro para saúde, educação e segurança?”

10. Vejam os senhores que hipocrisia! Sabem quanto custa uma eleição no País? Segundo levantamento feito pelo cientista político David Samuels, em 1994, em torno de 10 bilhões de reais. Dez bilhões de reais! Pouco desse valor, com dinheiro do caixa oficial; grande parte da campanha, com desvio de verba do Orçamento da União; outra parte, com financiamento do narcotráfico, do tráfico de armas, do roubo de carga, do jogo do bicho, de todas as organizações criminosas do País, que cada vez mais financiam o processo eleitoral brasileiro.

11. Se tivéssemos o financiamento público e implantássemos as listas fechadas e preordenadas, não haveria esse processo fratricida, em que o maior adversário não é o candidato do outro partido, mas sim o candidato do seu próprio partido. Ele vai perder as eleições para o seu colega de palanque, de coligação.

12. Esse processo provoca o que vemos acontecer: os partidos não têm a menor importância para a população brasileira, não são mais referência. Cada vez mais a individualidade prevalece sobre o partido político. Cada vez mais o candidato, no interior, diz: “Eu vou construir essa estrada se for eleito Deputado, eu vou fazer a ponte, eu vou trazer para esta região as indústrias”. De repente, o importante não é mais o programa do partido, sua doutrina, sua bandeira em defesa do Município e do Estado, e sim aquele gesto individual, como se o Parlamentar fosse mais importante do que a somatória dos que compõem a agremiação.

13. Sr. Presidente, isso está aumentando o descrédito dos partidos políticos perante a sociedade. Estamos vendo esse quadro avançar cada vez mais. E a população aguarda o que já deveríamos ter feito: a verdadeira reforma política mudando o atual sistema eleitoral brasileiro, carcomido, arcaico, que já não responde mais à realidade política do País. E o que vemos? Remendos e remendos a todo momento, sem se atacar o cerne do problema.

14. Concedo aparte ao Sr. Deputado João Fontes.

O Sr. João Fontes - Deputado Ronaldo Caiado, V.Exa. traz assunto da mais alta importância. É claro que esta Casa — o Congresso Nacional — já deveria ter priorizado a reforma política há muito tempo. Aqui capengamos há 3 anos e não conseguimos chegar a uma conclusão sobre ela. Não concordamos com alguns pontos abordados por V.Exa. Acho que lista fechada também estimula muito o caciquismo. Agora, a maior prova, Deputado Ronaldo Caiado, dessa desfiguração dos partidos políticos no Brasil é assistirmos neste plenário a uma verdadeira guerra entre PT e PSDB para saber qual partido em que Governo foi mais corrupto: o PT diz que foi Fernando Henrique Cardoso; o PSDB diz que é Lula. No meu Estado, que V.Exa. bem conhece e tem vários amigos lá, algo de estranho e inusitado vai acontecer. Em Sergipe, quando um acordo é feito sem nenhuma figuração, nenhum propósito, diz-se que virou um sarapatel de coruja. O Estado inteiro ficou estarecido, no último sábado, quando o Prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, ex-Deputado brilhante desta Casa, do PT, convidou oficialmente o ex-Governador Albano Franco, do PSDB, para fazer a revolução de Sergipe. Deputado Ronaldo Caiado, a família Franco foi a que mais dominou o Estado de Sergipe, nos últimos anos. O Prefeito Marcelo Déda diz que pretende mudar o Estado de Sergipe, porém convidou para composição de sua chapa o candidato do PSDB a Senador da

República, o ex-Governador Albano Franco. Resultado: PT e PSDB juntos no Estado formam o verdadeiro sarapatel de coruja. Isso está dentro daquilo que V.Exa. aborda, a reforma política, e constitui a reforma da vergonha, porque há coisas que ainda se absorve. Como o povo pode assistir aqui a essa guerra fratricida de PT e PSDB e, no meu Estado, estarem juntos o Prefeito Marcelo Déda e o ex-Governador Albano Franco? Não há CPI do setor elétrico que possa entender essa verdadeira confusão. Quero colaborar com o discurso de V.Exa. na linha de que devemos priorizar a reforma política.

15. **O SR. RONALDO CAIADO** - Agradeço a V.Exa. o aparte. Sem dúvida alguma, V.Exa. é conhecido como grande debatedor dessa matéria não apenas na Comissão Especial como também no plenário.

16. Com relação à resistência de V.Exa. pela lista preordenada ou lista fechada, quero apenas dizer que, na ausência da lista fechada, nenhum país tem mais caciques nos partidos que o Brasil. Não as responsabilize pelo caciquismo, ele existe independentemente delas.

17. De fato, ao fazermos a revisão bibliográfica sobre fidelidade partidária e necessidade de perda de mandato, verificamos que nenhum outro país do mundo faz referência ao assunto.

18. Ora, com listas preordenadas, listas fechadas, logicamente nenhum Parlamentar migraria para outro partido porque, sem dúvida, seria colocado no final da lista. Com isso teríamos o que existe em uma campanha, ou seja, levar o programa do partido à sociedade e trabalharmos, diuturnamente, em defesa do compromisso que o partido fez com sua pregação doutrinária, com seus rumos programáticos, para que a sociedade pudesse novamente acreditar nos partidos políticos.

19. O que vemos hoje? Um governo que se diz engessado por não ter a maioria na Casa, que não governa com partidos, porque seu discurso priorizava a reforma política, mas ao chegar ao poder fez o contrário e transformou esta Casa em balcão de negócios e, em troca de mensalão, buscava apoio para aprovar as matérias que dizia mais importantes e de interesse de governo.

20. Para o que precisamos fazer, não adianta remendos. Não adianta buscarmos apenas alterações como a verticalização, casuísmo inventado pelo Tribunal Superior Eleitoral e que interessava a alguns em 2002.

21. A Lei nº 9.504 é a mesma que normatizou as eleições de 1998, e nela não existe verticalização. Criada em 2002, nós a derrubamos na semana passada, no primeiro turno da votação, e esperamos, na tarde de hoje ou amanhã, votar o segundo turno da matéria, a fim de excluirmos definitivamente esse voto vinculado, cópia daquilo que, em 1982, João Figueiredo implantou para tentar ganhar as eleições no Brasil. Depois da verticalização, vimos a resolução do Tribunal Superior Eleitoral definir o que é o caixa oficial de campanha, sem ouvir a Câmara dos Deputados, sem buscar subsídios, tentando única e exclusivamente impor regras que afugentam muito mais o empresário ou cidadão que está disposto a fazer a doação no caixa 1 do que as pessoas que já vivem na clandestinidade.

22. Realmente, inquieta a muitos a lista preordenada. V.Exa. acaba de citar um critério que poderia ser definido na identificação dos nomes e na ordenação dessa lista. O projeto também está aberto para discussão. O ponto de concórdia com relação a tudo isso é que não há mais condições de continuarmos fazendo eleições no Brasil com o atual sistema eleitoral. Esta Casa tem de decidir-se de uma vez por todas. Os que estão a favor do atual sistema eleitoral devem vir a esta tribuna defender todas essas deformidades e incongruências que estamos vivendo, toda

essa situação de ingovernabilidade, de desgaste, de descrédito no Congresso Nacional e, se tiverem coragem, fazer um apelo nas ruas, do tipo: convoquem o Congresso Nacional na batalha contra a corrupção! E os que querem mudanças são aqueles que, sem dúvida alguma, têm a coragem de dizer com clareza o que desejamos, não como salvadores da pátria, não como sendo algo que corrigiria todos os defeitos do atual sistema. Mas temos a coragem de definir um novo sistema eleitoral, com o financiamento público de campanhas eleitorais, com as listas fechadas, com o fim das coligações nas eleições proporcionais, com a criação de federação de partidos; enfim, mostrando, sim, a força do partido para resgatar a credibilidade dos políticos deste País.

23. Os senhores acreditam que esta Casa, sem reforma política, vota reforma tributária, reforma da previdência e reforma trabalhista? Sem reforma política não vota nada. A verdade é esta. Mudanças que precisam ser feitas não o são porque aqui não há acordo entre partidos.

24. Os indivíduos são mais importantes que os partidos políticos. Essa é a realidade em que vivemos, com grande dificuldade.

25. Os Líderes estão reunidos, neste momento, na sala do Presidente, para proporem alterações nos gastos de campanha, e tal iniciativa terá a simpatia da grande maioria dos Parlamentares. Mas devemos ter a consciência de que essa reforminha de conveniência não vai resolver o problema do sistema eleitoral brasileiro, muito menos do caixa 2, do grau de corrupção e da fragilidade dos partidos políticos em âmbito nacional.

26. Para finalizar, digo que esta Casa precisa resgatar o compromisso de legislar e normatizar, o que é nossa obrigação. Não é possível o Tribunal Superior Eleitoral definir o que é verticalização, o número de vagas de Vereadores, e agora controlar os gastos da campanha eleitoral. Está mais do que na hora de nós Parlamentares sabermos que existe um projeto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, de nº 2.679, que propõe uma mudança substantiva no sistema eleitoral brasileiro.

27. Gostaríamos, Sr. Presidente, que esse projeto fosse incluído na pauta, depois de votarmos as alterações de gastos, o que deve ser feito ainda no decorrer desta semana. Gostaria que o Projeto nº 2.679, que propõe financiamento público de campanha, listas fechadas, fim das coligações nas eleições proporcionais, pudesse também vir a plenário para apreciação dos Srs. Parlamentares.

Se não são possíveis as alterações de regras para o processo eleitoral de 2006, que busquemos o entendimento para 2008 ou 2010. Precisamos ter a coragem de enfrentar a discussão e não ficar apenas defendendo a reforma política sem debater, sem expor nossas posições e identificar em cada um dos itens polêmicos aquele que obterá maioria no painel. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fonte: Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados

Data: 7/2/2006

Sessão: 025.5.52.E

ANEXO 2

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO FEDERAL RONALDO CAIADO

1. O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero pedir a V.Exa. que não suspenda a sessão. Na hora mais difícil, o Deputado Inocêncio Oliveira manteve esta Casa aberta e a sessão funcionando. Não podemos nos acovardar na frente desses bandalhos, desses corruptos, desses bandidos que invadiram esta Casa.

2. Mas quero dizer a V.Exa. que dos Parlamentares que me antecederam ninguém quis aqui dar nome aos bois. Hoje, muitos aqui estão perplexos, nervosos, mas essa é a rotina do produtor rural que tem sua propriedade invadidas por eles. Não sei por que essa agitação toda. Essa é a vida do cidadão paulista, que foi atacado pelo PCC. O braço segundo do PCC, esse MLST, esteve aqui hoje, foi o braço do PCC que invadiu esta Casa. Tem nome, Sr. Presidente. Fiquei sabendo porque vários Parlamentares vieram dizer-me. Não o conheço. Chama-se Bruno Maranhão. Diz-se que é, sem dúvida alguma, extremamente experto em invadir, saquear propriedades, prédios públicos, até assaltar bancos.

3. Sem dúvida alguma, quero deixar claro que esse homem cujo nome ninguém quis dizer almoça e janta com o Presidente Lula. É base de apoio do Presidente da República. Eles vêm a esta Casa para invadir, destruir, atacar seguranças que não estão armados. E usaram de tudo que tinham para agredir os seguranças que tentavam contornar a situação.

4. Sr. Presidente, é momento de adotarmos uma posição de dureza. O Deputado Miro Teixeira disse que esta Casa, como as de outros países que têm uma história maior de democracia, sabe conter esses processos. Vá fazer isso em Paris! Vá invadir o Congresso na França, para ver se a Gendarme, em 2 minutos, não coloca abaixo todos os invasores e não dá a eles o tratamento que deve ser dado a qualquer bandido que saqueie uma instituição que fala em nome do povo!

5. Por isso, Sr. Presidente, peço a V.Exa. que mantenha a sessão aberta. Se V.Exa. não quiser buscar ajuda da Polícia Militar, que dê à Segurança da Casa condição de se armar para poder revidar à altura essa violência.

Fonte: Departamento de Taquigrafia, Câmara dos Deputados.

Data: 8/6/2006

Sessão: 098.4.52.0

ANEXO 3

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO FEDERAL RONALDO CAIADO

1. O SR. RONALDO CAIADO (PFL-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares, volto à tribuna na data de hoje para novamente discutir um assunto que, sem dúvida alguma, provocou perplexidade a todos os brasileiros que assistiram, na última terça-feira, a algo que o setor urbano não está habituado. Nós produtores rurais já estamos convivendo com isso há alguns anos. A invasão criminosa, como aconteceu na Câmara dos Deputados, vem ocorrendo com rotina no âmbito das propriedades rurais deste País afora.
2. Mas o que é mais grave e preocupa a população brasileira neste momento é a conivência do Governo com esses movimentos travestidos de sociais que não têm nada de social. Estão ali pessoas preparadas, única e exclusivamente, para invadir, seqüestrar, saquear, corromper, levar intranqüilidade ao campo, agindo como se sobre eles nada pudesse acontecer. Acham que estão acima da lei e da ordem neste País tão-somente porque se julgam amigos do Presidente da República.
3. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam bem a foto estampada no jornal O Globo, em que o Presidente da República recebe, no Palácio do Planalto, o Sr. Bruno Maranhão, que é o presidente do movimento que coordenou a invasão a esta Casa, em mangas de camisa, mostrando a intimidade que tem com o Presidente da República. Ou seja, o Sr. Maranhão é da copa e da cozinha do Presidente da República. Frequentemente está com o Presidente, e é membro titular da Executiva Nacional do PT, coordenador da campanha pela reeleição do Presidente Lula. E, mais grave, Sr. Presidente, o Sr. Bruno Maranhão é cotado — o Lula sonha com a reeleição — para ser o sucessor do ex-Ministro Miguel Rossetto no Ministério do Desenvolvimento Agrário.
4. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam o que está se passando neste País! Esse homem, o Sr. Bruno Maranhão, entrou na Câmara dos Deputados, coordenando uma invasão que culminou com a fratura do crânio de um agente de segurança, a fratura da perna de outro servidor e a destruição de inúmeras instalações desta Casa. E nada disso aconteceu por acaso. Os jornais mostram com muita clareza que tudo foi previamente organizado. Fita apreendida por agentes da Câmara dos Deputados prova o planejamento, feito em detalhes, de como seria invadida esta Casa. Em certo trecho da gravação, alguém diz o seguinte: “As portas são abertas; dá para fazer cavalo doido e entrar arrebrandando. Muitos participaram da ocupação do Ministério da Fazenda, e, pelo que deu para sentir, lá vai ser mais tranqüilo. Lá dentro é que vai ser o chabu”.
5. A desobediência está mesmo instalada. Vejam a que ponto chegou o populismo, a demagogia!

Fonte: Departamento de Taquigrafia, Câmara dos Deputados.

Data: 8/6/2006

Sessão: 098.4.52.0